

BDA

Boletim de Direito Administrativo

NDJ

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A SEMÂNTICA DO "CONTROLE" (Emerson Garcia) ...	737
O SISTEMA BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E A LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO) (Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Daniel Amorim Assumpção Neves)	751
O ATO DE IMPOSIÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUAS RESTRIÇÕES (Lilian Regina Gabriel Moreira Pires e Raísa Reis Leão)	759
PODER LEGISLATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR (Antonio Carlos Torrens) ..	766
FOMENTO PÚBLICO À CIÊNCIA, À TECNOLOGIA E À INOVAÇÃO – Reflexões à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 10.973/2004 (Tânia Ishikawa Mazon)	777

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

DEMISSÃO – Agente Penitenciário Federal – Divulgação de vídeos de monitoramento realizados no interior de presídio contendo conversas entre advogados e seus clientes – Art. 132, inc. IX, da Lei nº 8.112/1990 – Pretensa nulidade do PAD – Não cabimento – Competência para aplicação da pena e para instauração do PAD – Regularidade da Comissão Processante – Inexistência de afronta ao devido processo legal e à ampla defesa (STJ)	799
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Execução fiscal – Débito com valor inferior a R\$ 10.000,00 – Pretensa aplicação do art. 20 da Lei nº 10.522/2002 – Arquivamento sem baixa – Inadmissibilidade – Determinação do dispositivo destinada exclusivamente aos débitos inscritos como dívida ativa da União pela Procuradoria da Fazenda Nacional ou por ela cobrados – Observância ao princípio da especialidade – Inteligência do art. 8º da Lei nº 12.514/2011 (STJ)	817
MULTA – Processo administrativo – Auto de infração – Fundação educacional – Ausência de recolhimento mensal de FGTS – Fixação da penalidade no valor máximo – Ausência de motivação – Redução da sanção pecuniária ao valor mínimo – Inteligência do art. 50 da Lei nº 9.784/1999, art. 75 da CLT e art. 23, § 2º, al. b, da Lei nº 8.036/1990 (TST) ..	821
MEIO AMBIENTE – Lei estadual – Alteração do Código Florestal do Estado-membro – Autorização, excepcional, do uso de fogo para controle e eliminação de pragas e doenças, bem como a prática de manejo controlado em pastagens, nativas e exóticas, em áreas não mecanizáveis, mediante prévia permissão do órgão ambiental competente – Constitucionalidade – Exercício da competência concorrente – Hipóteses que se ajustam às exceções de "queimadas" previstas na Lei nº 12.651/2012 (TJRS)	829
SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL – Matéria jornalística – Publicação em periódico de suposto envolvimento da funcionária na utilização de cartão de crédito corporativo do governo para fins pessoais – Conclusão pela ausência de conduta irregular em processo administrativo – Afronta à honra subjetiva da servidora – Danos morais – Indenização devida – Não cabimento da alegação do exercício do direito de informar (TJSP)	841

SISTEMA "S" – Senar – Terceirização de atividade-fim – Desenvolvimento de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social – Contratação de empresas de fachada ou cooperativas irregulares para prestação de serviços nas áreas de instrutoria e/ou treinamento – Contratação direta de trabalhadores – Ausência de licitação e de processo seletivo – Labor pessoal, não eventual, subordinado e oneroso – Caracterização de dano moral coletivo – Indenização devida (TRT4ªR) 845

UNIVERSIDADE FEDERAL – Contratação de professores substitutos – Necessidade temporária de excepcional interesse público – Alegada inexistência de vagas e ofensa ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.745/1993 – Multa aplicada à ex-Pró-Reitora de Recursos Humanos – Afastamento da penalidade – Atos praticados durante a vigência de portaria interministerial autorizadora – Instituição do Banco de Professores-Equivalentes como instrumento de gestão administrativa de pessoal (TCU) 854

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO AO FINAL

Publicação Mensal

2014

nº 8

Agosto

ano
XXX

BDA

Boletim de Direito Administrativo

NDJ

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A APLICAÇÃO DA PENA DE PERDA DA APOSENTADORIA (Mauro Roberto Gomes de Mattos)	865
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS E NOVAS SUBJETIVIDADES (Antonio Carlos Torrens)	877
IMPLANTAÇÃO DAS COTAS RACIAIS NOS CONCURSOS PÚBLICOS – Um debate necessário (Nina Trícia Disconzi Rodrigues e Altemar Constante Pereira Júnior)	890

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

PERDA DE CARGO PÚBLICO – Procurador da Fazenda Nacional – Condenação a mais de oito anos de reclusão por patrocínio infiel, associação criminosa e crime contra a ordem tributária – Manutenção do cargo de professor em universidade federal – Possibilidade – Efeitos da condenação trazidos no art. 92 do CP não automáticos – Motivação necessária – Cargo de docente que não guarda correlação com as atribuições do cargo perdido – Observância ao princípio da razoabilidade (STJ)	907
CONCURSO PÚBLICO – Oficial da Polícia Militar – Ato administrativo – Exclusão do candidato do rol dos convocados para o Curso de Formação – Não apresentação, na data do edital convocatório, da idade mínima requerida em cláusula restritiva – Jovem emancipado e a menos de dez dias de completar dezoito anos – Observância aos princípios da razoabilidade e do interesse público – Anulação do ato que se impõe – Matrícula no curso confirmada (STJ)	911
DANO EXISTENCIAL – Caracterização – Caixa de Assistência dos Servidores Estaduais – Supressão de direitos trabalhistas – Não concessão de férias a empregada por dez anos – Prejuízo às relações sociais e aos projetos de vida da obreira – Afronta aos direitos da personalidade – Indenização devida (TST)	915
GREVE – Fiscais e agentes de fiscalização agropecuários – Inspeções industrial e sanitária de produtos de origem animal e vegetal – Direito de paralisação assegurado constitucionalmente – Hipótese em que caracterizada a essencialidade dos serviços – Não observância do percentual mínimo de servidores para atendimento das necessidades da população – Paralisação de 70% das unidades e postos, e não de funcionários – Ilegalidade do movimento parredista (TJGO)	930
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade subjetiva – Não caracterização – Atentado e morte de testemunha de crime – Depoimento perante a Promotoria de Justiça especializada – Homem que havia manifestado interesse em ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Protege) – Ocorrência do falecimento antes dos encaminhamentos administrativos e legais exigidos – Omissão não demonstrada – Indenização não cabível (TJRS)	937

DEFICIÊNCIA VISUAL – Ação civil pública – Implantação do recurso de audiodescrição nas programações das exploradoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão – Cronograma fixado em norma complementar – Superveniente regulamentação da matéria por portaria – Não ocorrência de perda do objeto – Conteúdo restritivo em relação ao ato normativo anterior – Grave violação aos princípios da não discriminação, da proibição do retrocesso e da isonomia – Afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana – Impossibilidade, ademais, em falar-se em violação da reserva do possível – Fixação de prazo à União, por meio do Ministério das Comunicações, para cumprimento do cronograma, sob pena de multa (TRF1ªR)	942
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – Abertura de processo seletivo simplificado – Cumprimento de obras e projetos do Governo Federal, dentre eles o PAC – Ausência de necessidade temporária de excepcional interesse público – Inaplicabilidade da al. i do inc. VI do art. 2º da Lei nº 8.745/1993 – Afronta à regra do concurso público – Previsão de remuneração contrária aos dispositivos legais – Nulidade da portaria ministerial e do certame (TRF3ªR)	948
FINANCIAMENTO HABITACIONAL – “Minha casa minha vida” – Aposentadoria por invalidez do devedor fiduciante – Pretensa cobertura do saldo devedor pelo Fundo Garantidor da Habitação Popular – Admissibilidade – Configuração do interesse de agir, mesmo sem comprovação do requerimento administrativo prévio – Restituição dos valores cobrados indevidamente do mutuário (TRF4ªR)	954
SERVIDOR PÚBLICO – Incompatibilidade de horários para o exercício da jornada de trabalho – Médicos com cinco vínculos trabalhistas, sendo um deles com três em rede privada e dois em órgãos públicos e outro com quatro em rede privada e um em órgão público – Provável pagamento por exercício da atividade pública sem a devida contraprestação – Questão disciplinar – Apuração no âmbito interno do Ministério da Saúde – Instauração de procedimento administrativo (TCU)	958
FUNDO GARANTIA-SAFRA – Mitigação de riscos climáticos na agricultura familiar – Majoração dos dispêndios com tal política pública – Avaliação da eficácia da ação – Análise dos casos de beneficiários não enquadrados nos critérios de seleção – Oportunidades de melhoria na condução do programa – Determinações e recomendações ao MDA (TCU)	966

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO AO FINAL